FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 31/05/2023 - 05:59

Câmara aprova marco temporal, em novo revés para o governo

Indígenas guaranis da Terra Indígena Jaraguá, na zona norte de São Paulo, protestam contra o marco temporal na rodovia Bandeirantes Bruno Santos/Folhapress

Câmara aprova marco temporal e impõe nova derrota ao governo Lula

Tese diz que áreas indígenas devem se restringir à ocupada na época da promulgação da Constituição

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (30) o projeto de lei do marco temporal, em mais uma vitória da bancada ruralista ante a agenda ambiental do governo do presidente Lula (PT).

O texto-base do projeto foi aprovado por 283 a 155, sob críticas da Frente Parlamentar Indígena e em meio a protestos de lideranças dos povos em Brasília e de outras cidades. O governo orientou contra a aprovação do texto, "respeitando a pluralidade". O PSB, partido da base de Lula, liberou sua bancada.

Os deputados rejeitaram também destaques ao texto, que, agora, segue para o Senado — e ainda pode voltar aos deputados antes da sanção pelo presidente Lula.

O projeto foi eleito como prioridade da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) nas últimas semanas, após a vitória no relatório da medida provisória dos ministérios —que desidratou as pastas de Marina Silva (Meio Ambiente) e Sonia Guajajara (Povos Indígenas).

A tese do marco, defendida pela FPA, determina que as terras indígenas devem se restringir à área ocupada pelos povos na data da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Os indígenas refutam a ideia e argumentam que, pela Constituição, têm direito a seus territórios originais, não limitados por uma determinada data.

Na segunda-feira (29) e nesta terça a Frente Parlamentar Indígena tentou convencer o relator do texto, Arthur Maia (União Brasil-BA) a fazer alterações, em especial em dois artigos: um que define a política de contato a povos isolados e outro que diz que a demarcação pode ser revista em caso de "alteração dos traços culturais" da comunidade.

Maia, no entanto, não acatou essas mudanças propostas e manteve o projeto como estava no seu relatório.

Os destaques rejeitados buscavam excluir o trecho que determina o marco temporal e retirar do texto o dispositivo que prevê que a União poderia reaver um território já demarcado "em razão da alteração dos traços culturais da comunidade ou por outros fatores ocasionados pelo decurso do tempo".

O texto avançou na Câmara como uma estratégia do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para se antecipar ao julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre este tema. A corte marcou para 7 de junho o julgamento sobre o tema, e a tendência é que a tese seja refutada.

Antes da votação, o relator Arthur Maia afirmou que a discussão serve como simalização à corte. "Espero que o Supremo tenha a sensibilidade de [ver] que o processo está andando aqui na Casa, e andando aqui na Casa, não tem sentido o Supremo cumprir um papel que é da Câmara."

O presidente da FPA, Pedro Lupion (PP-PR), disse que "o Congresso foi omisso por muito tempo", o que abriu brecha para que o tema passasse a ser deliberado pelo STF.

Na reunião de líderes, o presidente da Câmara disse que retiraria o marco da pauta caso o STF desmarcasse o julgamento da próxima semana. Integrantes do próprio Ministério dos Povos Indígenas conversaram com o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) dizendo que não interessa à pasta que o STF retire o caso da pauta. Por isso, pediram cautela à articulação política.

Integrantes do governo Lula tentaram adiar a votação, embora admitissem a dificuldade de a articulação prosperar. O placar do mérito foi menor que o da urgência da proposta, aprovada na semana passada por 324 votos contra 131 —eram necessários no mínimo 257 votos.

Nos bastidores, havia o receio de as negociações atrapalharem a votação da medida provisória que muda a Esplanada dos Ministérios, prioritária para o Palácio do Planalto.

A proposta alternativa do governo é a criação de um grupo entre o Palácio do Planalto, Congresso e Supremo. Líderes da bancada ruralista acreditam que essa ideia poderá funcionar para que haja um consenso e fim da disputa. Apesar disso, eles reiteram a sugestão de que a votação do projeto do marco temporal fosse adiada até a discussão do grupo dos três Poderes.

O texto aprovado pela Câmara, que ainda pode ser alterado, diz que "é nula a demarcação que não atenda aos preceitos estabelecidos nesta lei".

O trecho vem sendo criticado por indígenas por abrir espaço para que áreas já homologadas sejam anuladas, o que pode causar a expulsão de povos de seus territórios e aumenta o risco de conflito.

O texto também possibilita a indenização ao antigo proprietário de terras demarcadas, algo que hoje não acontece, veda a ampliação de territórios já delimitados e diz que mesmo os processos em andamento devem se adequar ao marco — ou seja, devem passar a considerar a área ocupada em 1988.

A proposta ainda abre uma brecha para que terras demarcadas sejam retomadas pela União, "em razão da alteração dos traços culturais da comunidade ou por outros fatores ocasionados pelo decurso do tempo".

O texto do marco temporal, originalmente, não tratava da tese, mas sim transferia para o Poder Legislativo a prerrogativa de demarcação dos territórios.

A ele foram juntadas propostas que incluem, além do marco, a possibilidade de realização de empreendimentos e exploração de recursos naturais das terras. A versão atual cria um capítulo sobre "uso e gestão das terras indígenas".

Segundo críticos da proposta apontam que o trecho abre brecha para empreendimentos como estradas e linhas de energia ou hidrelétricas em terras indígenas.

A proposta permite ainda que esses empreendimentos sejam "implementados independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou ao órgão indigenista federal competente". É prevê que, para atividades econômicas, "inclusive agrossilvipastoris", será "admitida a cooperação e contratação de terceiros não indígenas".

Segundo o entendimento da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), o projeto "também autoriza qualquer pessoa a questionar procedimentos demarcatórios em todas as fases do processo (inclusive os territórios já homologados), flexibiliza a política indigenista do não contato com os povos indígenas em situação de isolamento voluntário e reformula conceitos constitucionais da política indigenista".

Já o ISA (Instituto Socioambiental) diz que a proposta é "uma das mais graves ameaças aos povos indígenas do Brasil" e "poderá inviabilizar demarcações de terras indígenas".

> "Espero que o Supremo tenha a sensibilidade de [ver] que o processo está andando aqui na Casa, e andando aqui na Casa, não tem sentido o Supremo cumprir um papel que é da Câmara
>
> **Arthur Maia (União Brasil-BA)**
> deputado e relator do projeto

Expectativa de votação provocou protestos no país

A expectativa da votação gerou protestos de indígenas e entidades. Em São Paulo, a Tropa de Choque da Polícia Militar usou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar uma manifestação de indígenas guaranis que desde as 5h30 bloqueavam as cinco faixas da rodovia dos Bandeirantes.

O grupo de cerca de cem pessoas fazia vigília desde a noite de segunda (29) na Terra Indígena Jaraguá, na zona norte da capital paulista, e desceram da aldeia principal com faixas contra a PL 490 e material inflamável, interditando a via com pneus em chamas.

De acordo com o coronel da PM Carlos Forner, a atuação do Choque foi necessária porque as negociações não avançaram. "Depois de três horas de negociação, não conseguimos evoluir. A ação da polícia foi um sucesso", afirmou.

A líder indígena Ara Poty, do Jaraguá, criticou o uso de gás lacrimogêneo contra os manifestantes, o que leva o menos duas crianças passarem mal.

Na Câmara dos Deputados, em Brasília, Célia Xakriabá (PSOL-MG) e a ministra Sonia Guajajara (Povos Indígenas) uniram parlamentares para protestar contra o marco temporal.

O coordenador executivo da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), Kleber Karipuna criticou a ação da polícia de São Paulo contra a manifestação.

A repórtagem entrou em contato com a gestão Tarcísio e não recebeu resposta. A Secretaria da Segurança Pública disse que estavam sendo empregados "todos os meios necessários para manter a segurança da população, a líder do trânsito e o direito à livre manifestação".

João Gabriel, Thiago Resende, Julia Chaib, Victoria Azevedo e Pedro Madeira

Após morte de Bruno e Dom, consórcio apura pilhagem da Amazônia

Vinicius Sassine

MANAUS Após dez meses de investigação jornalística sobre diferentes aspectos da exploração predatória da Amazônia, um consórcio internacional formado por 16 veículos de imprensa — a Folha entre eles — apresenta a partir desta quinta-feira (1º) as reportagens elaboradas em "O Projeto Bruno e Dom – Uma Investigação sobre a Pilhagem da Amazônia".

O consórcio foi formado após os assassinatos do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips.

Os dois foram mortos na região da Terra Indígena Vale do Javari, na tríplice fronteira do Brasil com Peru e Colômbia, por pescadores ilegais. Na segunda-feira, dia 5 de junho, o duplo homicídio completa um ano.

Integram o consórcio 16 veículos e organizações jornalísticas de dez países. A iniciativa é capitaneada pela Forbidden Stories, uma organização que se dedica a dar continuidade ao trabalho de jornalistas assassinados no exercício do ofício.

A ideia do projeto é uma união de esforços, o que envolveu mais de 50 jornalistas, para o prosseguimento do trabalho de Dom, que morreu durante a apuração para um livro na região do Vale do Javari, na companhia de Bruno.

Os dois foram assassinados por pescadores ilegais, no rio Itaquaí, quando retornavam à cidade de Atalaia do Norte (AM). Os corpos ficaram desaparecidos por dez dias.

O MPF (Ministério Público Federal) denunciou três pescadores como autores diretos dos homicídios: Amarildo Oliveira, o Pelado; seu irmão Oseney de Oliveira, o Dos Santos; e Jefferson da Silva Lima, o Pelado da Dinha.

A Justiça Federal no Amazonas conduz as últimas audiências para decidir se eles serão levados a júri popular.

Já a PF (Polícia Federal) disse que as investigações concluíram que houve um mandante para o crime: Ruben Dario da Silva Villar, o Colômbia, que explorava pesca ilegal na região do Vale do Javari.

A PF também atribuiu dolo eventual nos homicídios, por omissão e por conhecimento do que poderia ocorrer, ao presidente da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) no governo Jair Bolsonaro (PL), Marcelo Xavier. Tanto Xavier quanto um ex-integrante da cúpula do órgão, Alcir Amaral, foram indiciados pela PF.

Um ano após as mortes de Bruno e Dom, o consórcio de veículos de imprensa publica o resultado de investigações sobre pesca ilegal, grilagem de terras, indústria da carne e garimpo ilegal na Amazônia. Esses eram assuntos perseguidos por Dom.

"O Projeto Bruno e Dom – Uma Investigação sobre a Pilhagem da Amazônia" é formado por Folha, TV Globo, Globoplay, Repórter Brasil, Amazônia Real, Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), Oco Público, Expresso, Le Monde, The Guardian, NBC, Paper Trail Media, The Bureau of Investigative Journalism, OCCRP, Tame dia e DerStandard.

As reportagens do consórcio serão publicadas desta quinta (1º) até sábado (3).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.